

POR UMA VISADA DISCURSIVA DA PRODUÇÃO DE SUJEITOS E SENTIDOS NO CAMPO ESTÉTICO DA LITERATURA

TOWARDS A DISCURSIVE LOOK TO THE SUBJECT AND SENSE PRODUCTION IN THE AESTHETIC FIELD OF LITERATURE

Ismael Ferreira-Rosa¹

RESUMO: Este trabalho tem por fito apresentar uma discussão epistemológica sobre o fato literário de modo a construir um entendimento teórico-conceitual de como sujeitos e sentidos podem ser sopesados na dinâmica discursiva do campo estético da Literatura. Tem-se por desiderato, no cerne do lugar teórico da Análise do Discurso (AD), sobretudo a partir da esteira conceptual de Michel Pêcheux em sincronia aos pressupostos dialógico-polifônicos, preconizados pelo Círculo de Bakhtin, e às concepções de literatura nos estudos de Barthes, Blanchot e Foucault, arquitetar uma reflexão teórica sobre a dinâmica de construção de sentidos e sujeitos no espaço literário, como forma de um ponto de partida-apoio-reflexivo que poderá subsidiar aqueles que se interessam e buscam o exercício de análise do literário pelo prisma da discursividade.

PALAVRAS-CHAVE: Literário, Sentido, Sujeito.

ABSTRACT: This paper aims at presenting an epistemological discussion of the literary fact in order to build a theoretical and conceptual understanding of how subjects and senses can be analysed in the discursive dynamic of the Literature aesthetic field. From the theoretical place of discourse analysis (DA), especially Pêcheux's ideas in synchrony to dialogical polyphonic assumptions developed by Bakhtin Circle, and from literature concepts in Barthes, Blanchot and Foucault's studies, it is its goal to put up a theoretical reflection on the dynamic of meaning and subject construction in the literary space as a way of a starting-support-reflective point that can help those who interests and seeks an analysis exercise of the literary by a discursive prism.

KEYWORDS: Literary, Sense, Subject.

INTRODUÇÃO

“[...] a obra de arte é um acontecimento artístico vivo, significante, no acontecimento único da existência, e não uma coisa, um objeto de cognição puramente teórico, carente de um caráter de acontecimento significante e de um peso de valores”. (BAKHTIN, 1997, p.203)

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e docente no Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) e no Centro de Línguas da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (CL – UFG/RC). É membro integrante do Laboratório de Estudos Polifônicos (LEP) da UFU e pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR) da UFG/RC. E-mail: ismaelufg@gmail.com.

Sopesar o literário em termos de discurso é indubitavelmente uma empreitada complexa e implexa. Complexa porque concerne a olhar para um espaço discursivo heteróclito, cujos constituintes, de diversos aspectos e ordens, funcionam entre si em numerosas relações de interdependência e imiscuidade. E implexa porque implica não relegar o fato de que tais constituintes, nas vias dessas afluentes relações, formam um intricado discursivo jamais hermético ou unívoco, mas de difícil estremança, pois se instaura em um espaço sempre amplífico e passível de ser apreciado sob diversos e vários planos.

Destarte, considerar o literário pelos crivos da discursividade requer, como aponta Maingueneau (2005, p.17), “renunciar ao fantasma da obra *em si*, em sua dupla acepção: a) a de obra autônoma, b) a de obra enquanto consciência criadora”. Com efeito, torna-se imperiosa a necessidade de ultrapassar concepções sedimentadas e arraigadas de imanência da obra, concebendo-a, dentre outros olhares, como: i) uma representação imagética da vida; ii) um espaço não pragmático instaurador de deleites e fruição; iii) uma organização estético-linguística balizada por uma forma especial da linguagem, enquanto labor criativo de uma visão individual sobre o real; iv) um reflexo ideológico de uma dada realidade, cujo escopo seja dismantelar mecanismos postos e rígidos de uma organização social dissimetricamente estruturada.

É preciso atentar a sua constitutividade heteróclita e acontecimental, ao seu caráter aberto, movente e dinâmico. Ulterior aos seus aspectos linguístico-estilístico-formais, em que não há um limiar binário de interioridade-exterioridade bem delimitado, existe um batimento sócio-histórico e ideológico-linguístico que constrói perenalmente discursividades e subjetividades.

Sendo assim, analisar o literário² pelas vias do discurso importa abordá-lo numa conjuntura assaz complexa em que se ponderam a opacidade de sua materialidade, a movência de sentidos, a (des)construção de subjetividades, as balizas ideológicas que o fundam, a historicidade que o constitui, a vivacidade dinâmica e significativa que o baliza, como prontamente anunciava nossa epígrafe de abertura. A partir do discurso que instaura,

² Cabe aqui já ressaltar que tomaremos, ao longo deste trabalho, o *literário* como o amálgama conceptual de acepções como Literatura, obra literária, texto literário, escrita literária, linguagem literária, espaço literário nas discussões barthesianas, blanchotianas e foucaultinas, não nos interessando uma distinção pontual entre os termos. Com efeito, o literário remeter-se-á, a nosso ver, à conjuntura estética cujo ser é a linguagem, construindo um mundo próprio e singular que enseja a instauração de efeitos intersubjetivos, mediante relações de identificação-filiação, evidenciando, por meio da discursividade que institui, projeções subjetivacionais e sentidurais.

não é concebido sob hipótese alguma como transparente, pois, conforme já asseverava Pêcheux (2007), na discursividade não vamos encontrar transparência, mas o “efeito da opacidade” que a fundamenta, evidenciando sua dinâmica e abertura sentidural³ constitutivas, instituindo o literário como um acontecimento artístico-prosaico⁴ singular, vivo, perenal, ininterrupto, (des)contínuo, único e evêntico que constrói sentidos e subjetividades.

É justamente esta a nossa proposta neste trabalho: apresentar uma discussão epistemológica, mediante um compêndio teórico de nosso trabalho de mestrado (FERREIRA-ROSA, 2009), sobre o fato literário de modo a construir um entendimento teórico-conceitual de como sujeitos e sentidos podem ser sopesados na dinâmica discursiva do campo estético da Literatura. Temos por desiderato, no cerne do lugar teórico da Análise do discurso (AD), sobretudo a partir da esteira conceptual de Michel Pêcheux em sincronia aos pressupostos dialógico-polifônicos, preconizados pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1997, 2008, 2009, 2010a, 2010b, 2010c; VOLOCHINOV, 1976, 2009; MEDVEDEV, 2002), e às concepções de literatura nos estudos de Barthes (2004), Blanchot (1987, 2005) e Foucault (1996, 2000, 2001, 2005, 2007, 2009), arquitetar uma reflexão teórica sem pretensões de verdades absolutas ou construtos epistêmicos aplicáveis e pragmáticos em análises de textos literários. Antes, procuramos construir um olhar-teórico-leitor, parafraseando e ressignificando o termo “olhar-leitor” de Pêcheux (1998), sobre a dinâmica de construção de sentidos e sujeitos no espaço literário, como forma de um ponto de partida-apoio-reflexivo que poderá subsidiar aqueles que se interessam e buscam o exercício de análise do literário pelo prisma da discursividade.

A PRODUÇÃO DE SUJEITOS NO LITERÁRIO

Sabemos que o sujeito, na conjuntura teórica da AD, caracteriza-se pela movência, dinamicidade, deslocamentos e (des)construção no interior de uma enunciação. Com efeito, está circunscrito em processos identitários, práticas discursivas e práticas sociais, constitutivos do processo enunciativo, o que o leva a não ser um sujeito fixo, estável, firmado em um lugar sociocultural e ideológico único e hermético, mas marcado por uma contínua alteridade e uma descontínua interpelação⁵.

³ Sentidural configura-se como o designativo que reporta à ação contínua e ininterrupta da dinâmica dos sentidos, que estão perenalmente em processo de (des)construção pelas tomadas de posição dos sujeitos, no interior de uma enunciação, funcionando discursivamente.

⁴ Prosaico enquanto habitual, ordinário do dia a dia, trivial do discurso da vida, pois o literário nem só é arte, nem só é o periódico do real, mas uma imiscuidade do artístico e do prosaico.

⁵ Interpelação diz respeito ao fato do sujeito ser chamado a existência, representado segundo Pêcheux (1997, p. 154) por um teatro da consciência, em que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos. O fato do “(eu vejo, eu

Segundo Santos (2009), quando nos atentamos ao funcionamento discursivo em seu perene decurso de movências e deslocamentos, é-nos impossível ignorar o movimento dinâmico das instâncias sujeito no interior do processo enunciativo, a partir de suas inscrições discursivas, atravessadas pelo interdiscurso e traspassadas pela memória discursiva e pelas condições históricas que a constituem.

Para representar esse movimento e de alguma forma mostrar por quais crivos é possível perceber teoricamente essa alteridade das instâncias sujeito no íterim da enunciação em seu funcionamento discursivo, o autor propôs o conceito *instância enunciativa sujeitudinal*.

De acordo com ele,

a ideia de instância se refere ao fato de que, no funcionamento enunciativo, o sujeito do discurso oscila entre as facetas de um lugar social e de um lugar discursivo na alteridade de formas-sujeito que se movem pela interpelação e pelo atravessamento de discursos outros em seu enunciar. A denominação ‘enunciativa’ deriva do caráter de unicidade e singularidade que baliza as inscrições discursivas de uma instância sujeito, oscilando entre uma alteridade [...] e a movência de sentidos por ela operada nessa alteridade. Já o designativo ‘sueitudinal’ reflete esse caráter de movência contínua em alteridade constitutiva, demarcada por funcionamentos do interdiscurso. Tais funcionamentos, por sua vez, heterotopizam uma diversidade de tomadas de posição da instância sujeito, de acordo com as evidências que sintomatizam sua inscrição em uma rede de significações (SANTOS, 2009, p. 84. Grifos do autor).

É a partir dessa rede de significação que sentidos emergem, repercutindo um processo de subjetivação. Um processo que pode ser delineado da seguinte maneira: primeiramente imaginemos um sujeito empírico que deixa sua condição de indivíduo ao inscrever-se em uma enunciação. Inscrevendo-se em uma enunciação, circunscrever-se-á a formações discursivas diversas que regulam e determinam seus dizeres. Nessas circunscições emergem-se formas-sujeitos, formas por meio das quais o sujeito se identifica com dada(s) formação(ões) discursiva(s) (FD)⁶, tendendo a incorporar elementos interdiscursivos e dissimulá-los no eixo intradiscursivo de seus dizeres⁷.

penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo etc.) [vincula-se] de onde se pode captar que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer “Eu falo”, isto é, vincula-se ao lugar sócio-histórico ideologicamente marcado no qual inscrevem os sujeitos.

⁶ Entendida nas acepções de Pêcheux (1997), como o(s) determinante(s) do que pode e deve ser dito em uma posição numa dada conjuntura sócio-histórica e ideológica.

⁷ Cf. noções de interdiscurso e intradiscursos em Pêcheux (1997, p. 159-180) que, de forma respectiva e sumária, remetem aos discursos outros que atravessam e constituem um dizer, e ao fio do dizer pelo qual se desenrola uma enunciação.

Como essas FD(s) interpelam ideologicamente essas formas-sujeito⁸, que são marcadas pelo efeito de unidade, sujeitos discursivos instauram-se no cerne dessa interpelação por meio das tomadas de posições. Essas tomadas de posições conduzirão os sujeitos instaurados a um lugar discursivo ou a um lugar social, ou ainda, uma alteridade constitutiva em ambos.

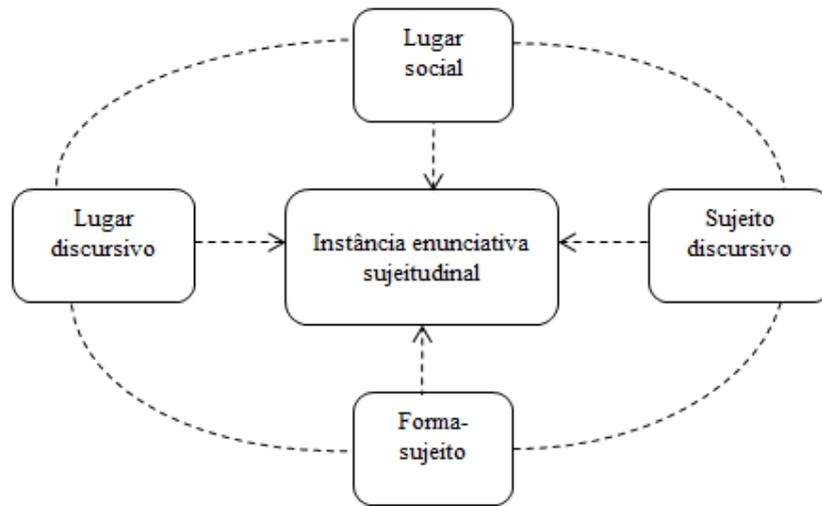
Quando então esses sujeitos ocupam uma posição de lugar discursivo, lugar social ou ambos, em alteridade, instaurar-se-á um processo de identificação e desidentificação desses e nesses lugares. “Essa inserção posicional de natureza interpelativo-ideológico-heterotópica o transforma em *instância enunciativa sujeitidual*.” (SANTOS, 2009, p. 84).

Assim, por meio desse processo marcado por identificação e desidentificação em lugares sociais e discursivos, de natureza interpelativo-ideológico-heterotópica é que se observa o movimento de constituição de instâncias sujeitos no interior de um funcionamento discursivo. Uma constituição dinâmica e singular “da condição de sujeito nos crivos de contradição, equivocidade, opacidade, movência e deslocamentos do, no, para e entre formações discursivas no interior de um processo enunciativo e na descontinuidade da construção languageira em que se funda uma discursivização” (SANTOS, 2009, p. 85).

Poderíamos esquematicamente representar, para uma melhor visualização, esse processo descrito por Santos (2009) da constituição-produção de sujeitos da seguinte maneira:

Figura 1. Constituição-produção de sujeitos em uma prática languageira

⁸ A unidade imaginária do sujeito, refletindo sua identidade presente-passada-futura, que é construída em uma enunciação mediante a incorporação-dissimulação do interdiscurso no intradiscurso (PÊCHEUX, 1997).



A partir dessa representação gráfica, que vislumbramos ao tomar conhecimento das ideias do autor citado, notamos que o processo descrito não se trata de lugares estanques nos quais os sujeitos instauram-se, firmando em um ou outro lugar de maneira estático-regular. Antes, é um movimento marcado por movências, deslocamentos e descontinuidades em uma alteridade contínua entre lugares sócio-discursivos e formas-sujeito assumidas que constituem sujeitos discursivos. Na verdade, a noção de instância enunciativa sujeitidual pretende destacar justamente essa dinamicidade do processo de constituição de sujeitos, demonstrando movimentos e heterotropizações⁹ que são efetuados na constituição de instâncias sujeitos no ínterim de um processo enunciativo.

Como o intento deste trabalho é problematizar a produção de sujeitos e também de sentidos no literário, nada mais plausível do que falarmos em instâncias sujeituidais na discursividade literária, marcando a constituição de instâncias sujeitos no crivo da dinamicidade e movência do discurso.

⁹ A heterotropização diz respeito a um deslocamento de sentido que coloca em alteridade diferentes significações, subjacentes a um dado sentido por relações de semelhança, identidade, similaridade, contiguidade e conexão metafórica. Trata-se de uma extensão do conceito foucaultiano atribuindo-lhe propriedades semiológicas que colocam as palavras em diferentes estágios de sentidurização. Nas relações de semelhança, consideram-se os aspectos de analogia de caracteres, sintonias convergentes e identidade de diferenças. Nas relações de identidade, consideram-se os aspectos de singularidade predicativa, assimilação substancial e essência necessária. Nas relações de similaridade, consideram-se os aspectos de natureza sígnica, comparação sêmica e constituição temática. Nas relações de contiguidade, consideram-se os aspectos de proximidade semântica, adjacência semiológica e associação semiótica. Por fim, nas relações de conexão por metaforização, consideram-se os modos de designação, as ligações denominativas e a relações de coerência entre a explicação e a restrição das significações.

Conforme asseverado por Pêcheux (1997), a modalidade do ficcional é o lugar em que se atina com a forma-sujeito em sua forma idealista pura. Sendo assim, entendemos que o primado da instância sujeitudinal na discursividade literária se assenta nessa noção pecheutiana, que, na verdade, como o próprio precursor da AD em seu livro *Semântica e Discurso* disse (PÊCHEUX, 1997, p. 67), foi introduzida por Louis Althusser no texto *Réponse à John Lewis*, em que encontramos a concepção de forma-sujeito da seguinte maneira:

Eles [os indivíduos humanos] agem nas e sob as determinações das *formas de existência* histórica das relações sociais de produção e de reprodução [...] Todo indivíduo humano, isto é, social, não pode ser agente de uma prática que não seja revestida da forma de sujeito. A “forma-sujeito” é, de fato, a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais de produção e reprodução compreendem necessariamente, como parte integrante, o que Lênin chama de “*relações sociais* [jurídico] *ideológicas*”, que, para “funcionar”, impõem a todo indivíduo-agente a forma de sujeito. Os indivíduos-agentes agem, portanto, sempre na forma de sujeitos, enquanto sujeitos. (ALTHUSSER, 1973, p. 70-71. Grifos do autor)¹⁰

Pêcheux (1997, p. 163), retomando essa noção althusseriana, coloca-a como o meio pelo qual “se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito”, pois quando o indivíduo sofre a interpelação em sujeito de um discurso, esta “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”, fundando assim sua unidade imaginária, ou seja, instituindo a forma-sujeito.

Embora essa concepção pecheutiana esteja profundamente acoplada à noção do funcionamento da Ideologia enquanto interpelação dos indivíduos em sujeitos, em que, como disse Althusser (1973), as relações sociais de produção e reprodução impõem-lhes, na qualidade de agente de práticas sociais, o revestimento de uma forma-sujeito que instaure a forma de existência histórica desses indivíduos e as formas materiais-históricas determinativas de uma ação discursiva, acreditamos que esta concepção seja relevante quando lidamos com o universo literário, pois nesse âmbito da ficcionalidade não há “demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 168).

¹⁰ Nossa tradução do original: « Ils [les individus humanis] agissent dans et sous les déterminations des *formes d’existence* historique des rapports sociaux de production et de reproduction [...] Tout individu humain, c’est-à-dire social, ne peut être agent d’une pratique que s’il *revêt la forme de sujet*. La « form-sujet » est un effet la forme d’existence historique de tout individu, agent des pratiques sociales : car les rapports sociaux de production et de reproduction comprennent nécessairement, comme partie *intégrante*, ce que Lénine appelle “*les rapports sociaux* [jurídico] *idéologiques*”, qui, pour « fonctionner », imposent à tout individu-agent la forme de sujet. Les individus-agent agissent donc toujours dans la forme de sujets, en tant que sujets ».

Um “romancista cria ‘seu mundo’, ‘fora da realidade’, com seus próprios objetos, suas qualidades e propriedades específicas, etc., em convivência com o leitor” (PÊCHEUX, 1997, p. 169) pelo viés da ideologia estética da criação e recriação pela leitura, cuja origem está na forma-sujeito que mascara a materialidade da produção estética.

Consequentemente, a existência do real está exterior ao sujeito, haja vista a concepção do pensamento como atividade criadora, em que o ponto de vista cria o objeto. Isso equivale a dizer que é no espelhamento do efeito do real sobre si que surge a forma-sujeito marcada pelo idealismo, em que se elidem as marcas limitativas entre pensar e imaginar. E deve-se salientar que as balizas do idealismo não estão

na estrutura forma (lingüística ou lógica) da expressão [...] mas, ao contrário, na posição da realidade como realidade-para-o-pensamento”. Dessa forma, esse efeito do real sobre si mesmo em que é produzida a forma-sujeito, “fornece-impõe a ‘realidade’ ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento, forma da qual a ficção [...] representa a modalidade mais ‘pura’ (PÊCHEUX, 1997, p. 170).

Assim, o sujeito na perspectiva da AD não é o indivíduo empírico, mas o sujeito do discurso balizado pelo social, pelo ideológico e pelo histórico, e crivado pelos esquecimentos nº. 1 (uma ilusão do sujeito falante que se vê) e nº. 2, pelos quais, de maneira respectiva, o sujeito tem a ilusão de se ver como a fonte, a origem do seu discurso e como o mestre e dominador do seu dizer. Consideramos, nesse sentido, o sujeito discursivo enquanto uma instância enunciativa que desempenha um proeminente papel na dinâmica languageira, porque não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, sendo discursos produzidos por e para sujeitos.

O discurso, conforme Pêcheux (1997, p. 91), é apreendido na esteira da acepção de *processos discursivos* desenrolados sobre uma base material (a língua¹¹) em que se evidencia

¹¹ Base material de viés simbólico enquanto sistema dotado de autonomia relativa a partir do qual se instauram os efeitos de sentidos. Conforme Henry (1975, p. 94),

a noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que aí se encontram articuladas, nível de funcionamento relativamente autônomo a partir do qual a Linguística formula a teoria. O conceito que permite pensar esse nível de funcionamento é o da língua. A autonomia é relativa porque, na produção e na interpretação do que se chama de ‘sequências discursivas’, isto é, discursos ‘concretos’, as fronteiras entre o que é separa e o que releva da autonomia relativa da língua e o que revela da determinação desses discursos ‘concretos’ por formações discursivas [...] não pode ser definido *a priori**.

* Nossa tradução para: «La notion d'autonomie relative de la langue caractérise l'indépendance d'un niveau de fonctionnement du discours par rapport aux formations idéologiques qui s'y trouvent articulées, niveau de fonctionnement relativement autonome dont la linguistique fait la théorie. Le concept qui permet de penser ce niveau de fonctionnement est celui de langue. L'autonomie est relative, car dans la production et

o devir histórico instituído na dimensão do seu acontecimento, sendo, portanto, o lugar de alteridade de elementos ideológicos, linguísticos e históricos, fazendo parte da sua constitutividade o sujeito que, interpelado pelos aspectos sócio-históricos e ideológicos, inscreve-se numa determinada FD e no crivo dela enuncia seus dizeres. Com isso, a ideologia, sincronicamente, constitui o sujeito e baliza o processo de instauração do sentido.

Além disso, o discurso se relaciona de maneira vinculativa à rede de memórias e aos trajetos sociais nos quais ele irrompe. Segundo Pêcheux (2006, p. 56), “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”.

Desse ponto de vista, o discurso pode ser analisado “através das descrições regulares de montagens discursivas, [por meio das quais] se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2006, p. 57). Para isso, leva-se em consideração, além da alteridade de elementos ideológicos, linguísticos e históricos em movências e deslocamentos na rede de memórias e trajetos sociais constitutivos do discurso, o sujeito e suas filiações em formações discursivas.

O sujeito, ao se inscrever em determinada(s) FD(s), identifica-se com dada(s) FD(s), posiciona-se e reflete projeções axiológicas em que elementos do interdiscurso agenciados pela memória discursiva são incorporados/dissimulados no eixo enunciativo de seus dizeres, instaurando a forma-sujeito que estabelece a unidade imaginária desse sujeito enquanto instância enunciativa. Sendo essa instância concebida enquanto descentrada, cindida, interpelada pelas condições de produção discursiva – conforme a acepção da noção de sujeito na AD –, é a forma-sujeito que aponta para o efeito de unidade, para a evidência do sujeito.

Destarte, “a *forma-sujeito do discurso*, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza *o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*” (PÊCHEUX, 1997, p. 266. Grifos do autor), instaurando sua identidade presente-passado-futura.

Acreditamos, então, que a forma-sujeito seja por excelência a essência teórica da instância sujeitudinal da literatura, mais especificamente das obras cunhadas sob a égide da

l'interprétation de ce qu'on appelle séquences discursives, c'est-à-dire des discours « concrets », les frontières entre ce qui sépare ce qui relève de l'autonomie relative de la langue et ce qui relève de la détermination de ces discours « concrets » par des formations discursives, [...], ne peut être assignée *a priori* ».

epicidade¹² e marcadas metadiscursivamente¹³, pois é por meio dela que é construída uma unidade, a identidade de um sujeito em evidência e uma identidade presente-passado-futura.

Essa identidade é constituída, pois, baseada em elementos interdiscursivos – balizados pelo saber discursivo precedente – em sincronia com os elementos intradiscursivos – o fio discursivo da enunciação – projetando-se imagens/identidades que poderão se eternizar, como, por exemplo, as célebres figuras (unidades imaginárias) das personagens da literatura universal *Romeu e Julieta*, cujas formas-sujeito tornaram-se recorrentes pelas projeções imagéticas de suas identidades construídas ao longo dessa narrativa shakespeariana.

É lógico que não podemos reduzir a recorrência dessas formas-sujeito ao mero fator da construção linguístico-estilística-retórica balizada pela estética¹⁴, pois depreendemos que outros fatores extratextuais exerceram influxos como a divulgação das obras de Shakespeare, a crítica literária, o reconhecimento e corroboração institucional do valor literário, para citar alguns. Mas concebemos que o elemento da singularidade e construção das identidades passado-presente-futuras das formas-sujeito personagens configuram-se como fatores potenciais para a recorrência sujeitudinal de figuras literárias, porque, quando lidamos com a modalidade da ficção, o caráter simbólico se torna mais evidente, pois trabalhamos com projeções imagéticas de sentidos, construídas no crivo da imaginação, balizadas pela estética.

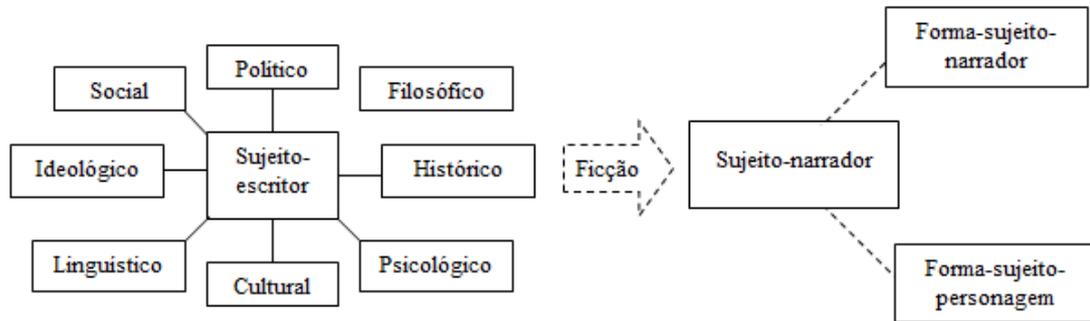
Sendo assim, entendemos que um percurso de constituição sujeitudinal é instaurado na concepção de uma obra literária de estirpe épica, o qual poderia ser descrito da seguinte maneira:

¹² Obras escritas no crivo do gênero épico em que uma instância enunciativa estrutura e organiza um mundo linguístico-esteticamente em que personagens vivem acontecimentos conflituosos em um determinado tempo e em um determinado espaço.

¹³ Metadiscursividade, conforme Maingueneau (1997, p. 93), refere-se ao processo de “construção pelo locutor de níveis distintos no interior de seu próprio discurso”. Segundo o autor, “o dito é constantemente atravessável por um metadiscurso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência”. São por meio de enunciados metadiscursivos que se podem escutar “pontos sensíveis” no modo como uma formação discursiva delimita e/ou define a identidade de um locutor em relação à língua e ao interdiscurso, relações essas que nos são muito atinentes, pois interessa-nos investigar a tenuidade da linha demarcatória entre interdiscurso e intradiscorso.

¹⁴ Entendemos por estética, a singularidade das formas de organização e expressão das figuras, das imagens, das representações que configuram a enunciação literária. A estética, mais do que o belo, é a característica de singularidade, a forma de organização, a forma de disposição, dos elementos, das situações, de modo distinto, particular, vinculado ao imaginário sociodiscursivo (cf. SANTOS, 2000) que compõe as referências de um sujeito-autor.

Figura 2. Constituição sujeitudinal no campo estético-épico-literário



Um sujeito-escriptor¹⁵ faz recortes do mundo concebidos a partir de uma traslação¹⁶ do real em que se instaura um processo de atribuição e ressignificação de efeitos de real, via linguagem, no imo da imaginação, tendo como escopo a projeção de uma imagem de mundo/sociedade em relação sincrônica e/ou diacrônica com um momento histórico. O sujeito-escriptor assim o faz circunscrito à sua referencialidade polifônica¹⁷ balizado por elementos ideológicos, sociais, políticos, filosóficos, históricos, psicológicos, culturais e linguísticos, obviamente todos interligados e em relação interdependente:

- *ideológico* porque, inscrito e assujeitado¹⁸ em/a uma ideologia, enuncia seus dizeres;

¹⁵ Referimo-nos ao sujeito-escriptor em detrimento do sujeito-autor, como aquele que se inscreve no lugar de alguém que efetua a escrita, aquele que organiza e estrutura uma obra literária e não apenas assina ou se responsabiliza pela escrita de um livro – deixamos o lado institucional (não ignorando, mas restringindo aos nossos propósitos teóricos deste trabalho) de funcionamento do nome do autor e atemo-nos ao processo de escrituração e organização enunciativo-estética do sujeito-escriptor. Interessa-nos a tomada de posição desse sujeito por meio da inscrição no lugar do escrevente, do organizador e construtor, interpelado pela ideologia estética da criação, o que se relaciona diretamente aos princípios propositivos da análise que ora se propõe.

¹⁶ Traslación do latim *translatio, ónis* (cf. HOUSSAIS, 2001) cujo radical derivou traslación referindo-se a ação de transladar, isto é, transferir-se, mudar-se, transpor-se, traduzir-se, transformar-se, passar de um lugar/posição a outro/outra. É assim que entendemos o processo de criação literária, mais que uma mimese, é a traslação (preferimos esta denominação por ser uma fonte morfemática) de uma realidade empírica a uma realidade imagética por meio da linguagem no crivo da imaginação.

¹⁷ Segundo Santos (2000, p. 231), a referencialidade polifônica, um conceito advindo dos estudos bakhtinianos acerca do universo literário, indica “a heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos. Essa heterogeneidade, por sua vez, é transpassada por discursos distintos. Dessa maneira, as vozes dos sujeitos são entrecortadas por várias outras vozes e por vários outros discursos”.

¹⁸ Quando aludimos ao qualificador assujeitado, não nos remetemos ao sentido althusseriano ou marxista de sujeição do indivíduo à ideologia dominante, mas enquanto efeito do mecanismo pelo qual indivíduos constituem-se sujeitos, pois é no seio de uma ideologia que o indivíduo torna-se sujeito, não existindo ideologia

- *social* porque, circunscrito a uma formação social, espaço a partir do qual os efeitos de sentido a serem produzidos podem ser presumidos. Espaço este, articulado ao funcionamento da ideologia, no crivo da luta de classes e produção e reprodução material;
- *político* porque, balizado por relações de poder institucional (pertencimento a um cânone), projeta sua escrita;
- *filosófico* porque está imbuído de práticas investigativas, analíticas, discursivas, crivadas por visões de mundo provenientes dos campos da ciência, religião, senso-comum, para citar três;
- *histórico* porque, inserido em um processo de produção de sentidos que se define na relação com a linguagem, revela que a história se organiza a partir das relações com o poder e está ligada não à cronologia, mas às práticas sociais;
- *psicológico* porque está crivado pelo inconsciente enquanto manifestações de natureza psíquica do/no sujeito que escapam à consciência, à vontade, manifestando nos sonhos, nos atos falhos, nos lapsos etc. e estruturando a ilusão de completude que constitui esse sujeito;
- *cultural* porque pertence a uma sociedade que lhe incute conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, aptidões, hábitos que refletem na composição de um trabalho literário; e, por fim,
- *linguístico* porque para se escrever uma obra, necessita-se de um sistema linguístico portador de autonomia relativa que possui normas, estrutura e formas de organização próprias às quais os sujeitos devem se submeter.

Desta feita, o sujeito-escritor no crivo de sua referencialidade polifônica, por meio da ideologia estética da criação e recriação, balizada pela ficção, instaura uma instância enunciativa – o sujeito-narrador – constituindo-se o lugar de condução do fio do discurso de uma enunciação literária que, quando se coloca nessa enunciação (narrando em primeira pessoa), instaura-se enquanto forma-sujeito narrador.

Essa forma-sujeito se instaura como tal porque, inscrevendo-se em formações discursivas, posicionando-se, fazendo julgamentos, refletindo ponderações axiológicas, enfim, constituindo-se sujeito, projeta sua identidade passado-presente-futura. Projeção esta, realizada a partir do fato do sujeito, encerrado na espontaneidade, no idealismo, identificar-se com a FD que o constitui e a partir dela elidir as bordas limitativas entre os eixos

sem sujeitos, nem sujeitos sem ideologia. Dessa forma, compreendemos assujeitado como “tornado sujeito por”, devir da relação ideologia-indivíduo.

interdiscursivos e intradiscursivos, revelando elementos do interdiscurso como um “já-dito” impermisto do intradiscurso de uma enunciação metadiscursiva.

Ou então, quando o sujeito-narrador não se coloca no lugar de partícipe da enunciação literária nem de ponderador axiológico (narrando em terceira pessoa), mas enquanto uma instância medianeiro-transmissora¹⁹. Essa instância tem por função manifestar os atos locutórios das personagens, dar-lhe voz entremostrando-nos suas inscrições discursivas, nas quais se constituem sujeitos, instaurando sua unidade imaginária e irrompendo sua evidência sujeitudinal, configurando-se, assim, formas-sujeitos personagens.

Logo, na discursividade épico-literária, o sujeito-escritor, balizado pela sua referencialidade polifônica no cerne da ficcionalidade, configura uma instância enunciativa, um sujeito discursivo da enunciação linguístico-estética que não é confundido com a pessoa empírica do escritor, mas constitui-se uma unidade discursiva. Quando esse sujeito discursivo se inscreve em dadas formações discursivas e se identifica consigo, por meio do ego imaginário (lugar da relação imaginária entre o sujeito e a realidade imagético-estética instaurador de delírios de unidade), dissimulando seu assujeitamento às FDs, constitui-se forma-sujeito narrador. Ou quando funciona, enquanto instância medianeiro-transmissora, configura-se um instaurador de formas-sujeito personagens.

Nessa perspectiva, entende-se que as formas-sujeito são o resultado de uma inscrição discursiva que se dá por meio de uma quintúplice de elementos: identificação, pertencimento, agregação, influência e regulação.

Um sujeito discursivo se identifica com uma formação discursiva na qual se inscreve, marcando seu pertencimento a ela. Como é um sujeito heterogêneo, constituído por diferentes vozes sociais, seu dizer é marcado por um entrecruzamento de diferentes discursos que estão em relação de retomada/oposição. Por isso, agrega elementos outros (provenientes do interdiscurso, agenciado pela memória discursiva e outras formações discursivas) a essa FD, que, ao mesmo tempo em que influencia, exerce uma função reguladora sobre os dizeres desse sujeito, determinando o que pode e deve ser dito na posição ocupada por meio da inscrição discursiva.

¹⁹ Referimo-nos à instância medianeiro-transmissora enquanto uma construção discursiva que emerge em uma enunciação literária tendo por escopo funcional mediar os atos locutórios (o ato de dizer algo) das formas-sujeito que são construídas nessa enunciação e o lugar do outro (leitor), por meio da transmissão desses atos locutórios.

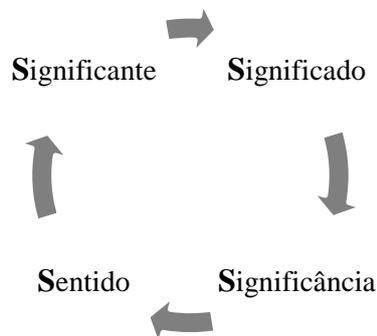
A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO LITERÁRIO

Como é a partir da inscrição discursiva que os sentidos são produzidos e estabelecidos, o sentido não se encontra na materialidade linguística, mas na relação desta com a exterioridade, em alteridade com a história, com a ideologia, com o interdiscurso agenciado pela memória discursiva.

Pensar em efeitos de sentido, instaurados a partir de uma materialidade linguística, é pensar nos processos discursivos que se desenrolam sobre essa base material da língua, em que se consideram os aspectos sócio-históricos e ideológicos. Quando se trata dessa materialidade na via do discurso literário, devemos pensar o processo de discursividade na amplitude estética.

Concebemos que a dinâmica discursiva no campo da literatura para a instauração sentidural segue um movimento de quatro esses (4 Ss):

Figura 3. Movimento de instauração sentidural no campo literário



Para uma composição literária são necessárias palavras, ou melhor, significantes (junção fonêmica adunada para representar um objeto e, nesse caso, de caráter material, pois se trata de escrita literária) que, nesse processo de criação estética, são assaz selecionados, pois é na forma de organização e disposição desses elementos, em que se observa sua estrutura fônica, rítmica e sintática, que significados são alcançados, um conteúdo semântico lhes é atribuído. Esses significados são assimilados na relação entre esses significantes, na estruturação estética em que foram organizados.

É verdade que, ao concebermos assim o processo da dinâmica linguístico-discursiva da literatura, afastamo-nos um pouco das ideias linguístico-estruturalistas de Saussure (2006)

acerca de significante e significado, pois para o autor, significante refere-se a uma imagem acústica que “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (SAUSSURE, 2006, p. 80), ao passo que o significado reporta-se a um conceito exprimido pelo significante, geralmente mais abstrato que sua imagem acústica.

Já no delineamento da dinâmica discursiva no campo da literatura para a instauração sentidural aqui traçada, o significante aproxima-se mais daquilo que Saussure (2006) denominou de signo linguístico, porquanto entendemos significante como uma junção fonêmica, de caráter material – pois referimo-nos à escrita –, que representa (longe de ser uma nomenclatura porque a língua jamais poderá ser compreendida sob crivos terminológicos que rotulem formas e substâncias do mundo, mas formas de representações que não mantêm relações intrínsecas com aquilo a que se refere), que exprime um conceito construído socioarbitrariamente. A acepção de significado alvidrada no escopo da dinâmica bosquejada não se reporta só e somente só ao conceito, porque o apreendemos como constitutivo do significante. Esse aspecto intelecto-linguístico, ou seja, o conceito, já se configura uma parte do que estamos considerando significante.

A acepção de significado a que referimos reporta-se ao conteúdo semântico que é atribuído a esse significante enquanto junção fonêmica adunada que representa um objeto do mundo. Esse conteúdo é estabelecido, observando a correlação entre significantes na estruturação estética em que são organizados.

Para explanar de forma mais pragmática, ilustraremos, por meio de um exemplo, o raciocínio esboçado. Valeremo-nos de um texto poético, pelo fato de ser mais didático e de extensão mais curta e, que, desse modo, facilitará a exposição arrolada de significante e significado.

O texto poético que nos servirá de exemplo ilustrativo é o poema *A Estrela*, escrito pelo clássico poeta e prosador modernista brasileiro Manuel Bandeira e que a seguir será transcrito:

A Estrela

Vi uma estrela tão alta,
Vi uma estrela tão fria!
Vi uma estrela luzindo
Na minha vida vazia.

Era uma estrela tão alta!
Era uma estrela tão fria!

Era uma estrela sozinha
Luzindo no fim do dia.

Por que da sua distância
Para a minha companhia
Não baixava aquela estrela?
Por que tão alta luzia?

E ouvi-a na sombra funda
Responder que assim fazia
Para dar uma esperança
Mais triste ao fim do meu dia.
(BANDEIRA, 1989, p. 108)

Lendo tal poema, percebe-se que um destaque enunciativo é dado ao significante *estrela*, que se torna imagem persecutória na voz do sujeito discursivo dessa materialidade estético-linguística. Enquanto parte integrante de um sistema linguístico, o significante *estrela* que, enquanto junção fonêmica adunada que comumente representa um astro ou uma pessoa eminente, famosa e insigne, não pode ser entendido apenas no imo desses conceitos integrados a essa adunação linguístico-estrutural. Quando observamos a relação deste significante com outros do poema, um distinto conteúdo semântico é atribuído à *estrela*, ou seja, um significado lhe é conferido, pois ao correlacionar esse significante, em questão, às palavras estribilhos *alta*, *fria*, *luzir* e principalmente a esta última, que remetem mais para conceito de astro, não podemos afirmar contundentemente que o sujeito discursivo do poema está buscando um corpo celeste que se encontra no longínquo espaço do universo.

Por conseguinte, não podemos anuir à percepção de reduzir o poema à perseguição de uma estrela enquanto astro inatingível, pois uma finalidade objetivo-prestada se colocaria como inquiridora, levando-nos a questionar qual o propósito imediato de ter em domínio um ser inanimado que emite luz própria.

Destarte, mais que um corpo celeste produtor e emissor de energia, com luz própria, e cujo deslocamento na esfera celeste é quase imperceptível ao observador na Terra devido à distância que se encontra, o significante *estrela* adquire um(ns) conceito(s) outro(s), um(ns) conteúdo(s) semântico(s) dissímil(eis) daquele que traz em sua constituição enquanto elemento linguístico. Não que haja uma desconsideração dos ou uma refutação aos quesitos conceituais que a palavra apresenta, mas uma extensão de significação desses conceitos já-construídos (constituem-se partes integrantes do significante), porquanto ao observarmos todas as correlações da palavra na estrutura estética do poema, percebemos que a inanimação do que se poderia incipientemente considerar elemento celeste sem vida se esfacela na última

estrofe quando o sujeito discursivo diz que a ouviu “na sombra funda/Responder que assim fazia/Para dar uma esperança/Mais triste ao fim do meu dia”.

É nessa relação *estrela* \leftrightarrow *responder* que conteúdos semânticos podem ser atribuídos, o que nos leva a ler o significante em questão como destino ou como uma mulher amada, desejada e impossível de ser conquistada, para citar duas possibilidades.

Assim, observando a estruturação sistêmica dos significantes na composição estético-textual é que significados são construídos e instaurados, conteúdos semânticos são atribuídos considerando a disposição, os conceitos já-integrantes e a relação intersignificante. Mas essa relação por si só não é capaz de explicar ou fomentar proficuamente as significações de um texto literário, pois como explicaríamos as várias interpretações que são efetuadas sobre uma mesma composição estética? Ou como sopesaríamos leituras singulares, insólitas e casuais que também são construídas em torno do texto literário? Somente uma relação no imo da materialidade linguística é oportuna a um processo de leitura-descrição-interpretação no campo estético da literatura?

Acreditamos que tal relação não seja a única oportuna. Entendemos, que há outros elementos envolvidos que desencadeiem um outro nível de significação na discursividade que produz um texto, a *significância*. Sendo então esta um processo sentidural discursivo, para melhor elucidação, equacionamos suas balizas conceptuais da seguinte maneira:

$$Sgcia = CPs^{(Sc + Id + Hi)} + LD^{(FSj + FS, FI + FD)} + \frac{ItD}{Itr}^{MD} + PC^{(ES + DP)}$$

LEGENDA

Sgcia = significância
 CPs = condições de produção
 Sc = social
 Id = ideológico
 Hi = histórico
 LD = lugar discursivo
 FSj = forma-sujeito
 FS = formação social
 FI = formação ideológica
 FD = formação discursiva
 Itd = interdiscurso
 Itr = intradiscorso
 MD = memória discursiva
 PC = pré-construído
 ES = encaixe sintático
 DP = domínios do pensamento

O conceito de *significância* (Sgcia) norteia a instauração de significações inscritas em um discurso na medida em que se consideram as *condições de produção* (CPs), nas quais esse discurso é produzido, atravessadas pelo *social* (Sc), pelo *ideológico* (Id) e pelo *histórico* (Hi), ou seja, o contexto sócio-histórico e ideológico. Essas condições de produção estão em

interface com o *lugar discursivo* (LD), os lugares que a *forma-sujeito* (FSj) ocupa na estrutura de uma *formação social* (FS) – pois a tomada de posição, conforme Pêcheux (1997, p. 171-72), não pode ser concebida de forma alguma como ato oriundo do sujeito-falante, mas como efeito do interdiscurso na forma-sujeito. Essa FS é atravessada pelas forças de um complexo de atos e de representações ideológicos constituintes e constitutivos de posições sociais, isto é, intervinda por *formações ideológicas*²⁰ (FI) na relação com os lugares de inscrição em dada(s) *formação(ões) discursiva(s)* (FD), a(s) determinante(s) do que pode e deve ser dito em uma posição numa dada conjuntura sócio-histórica.

Além da tomada de posição por uma instância-sujeito, agenciada pela forma-sujeito, inscrita em uma formação social crivada por formações ideológicas e circunscrita a dada(s) formação(s) discursiva(s), as CPs também estão na interface com o *interdiscurso* (ItD), na relação com discursos outros, instaurados pela *memória discursiva* (MD), pelo saber discursivo, o já-dito que antecede o sujeito-falante que, identificando-se com a FD que o constitui – sob a forma-sujeito –, retoma elementos do interdiscurso incorporando/dissimulando-os no *intradiscurso* (ItR), nível do “funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois); portanto o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência que garantem o que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 166).

Essa incorporação/dissimulação do interdiscurso no eixo do dizer do sujeito encontra-se conexa a construções anteriores e exteriores, mas independentes e em relação de oposição ao que é construído pelo enunciado. Ou seja, encontra-se em relação contígua com o que Pêcheux (1997), retomando Henry (1977), denominou de *pré-construído* (PC) para tratar do efeito discursivo ligado ao *encaixe sintático* (ES).

Sendo o PC um efeito instaurado pelo ES, este se constitui na

condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. (PÊCHEUX, 1997, p. 99. Grifos do autor).

²⁰ Formação ideológica, segundo Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p. 102) *apud* Pêcheux e Fuchs (1993, p. 166), é “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras”. (Grifos dos autores)

Esses *domínios de pensamento* (DP) não são “*conteúdos de pensamento fora da linguagem*, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem sob a forma do *discursivo*” (PÊCHEUX, 1997, p. 99. Grifos do autor).

Existindo discursivamente, os DP são constituídos pelo pensamento e pelo objeto de pensamento, marcando-se assim dois domínios de pensamento da linguagem. O PC destaca-se por sua característica essencial que é

a separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 102)

Essa separação pode parecer paradoxal, mas é “o motor do processo pelo qual *se pensa o objeto de pensamento*, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do *conceito*” (PÊCHEUX, 1997, p. 102. Grifos do autor).

Em outras palavras, o pré-construído remonta ao contexto discursivo, a algo que “já estava lá” antes mesmo da enunciação. É uma acepção que, de acordo com Malidier (2003, p. 34), “fornece a ancoragem lingüística da tomada do interdiscurso”, estabelecendo uma relação análoga ao par dicotômico *langue/parole* da teoria sistêmico-estruturalista saussureana, em que se aproximaria daquilo que estava presente antes do sujeito enunciar, ou seja, a língua em si, as condições de possibilidade de uso da linguagem.

Estabelecendo uma interface com a noção de pressuposição, o pré-construído emerge das relações da sintaxe e da semântica, situando-se no mesmo lugar em que o discurso se articula sobre a língua. Nesse sentido, “as estruturas sintáticas que autorizam a apresentação de certos elementos fora da asserção de um sujeito lhes aparecem como os *traços de construções anteriores*, de combinações de elementos da língua, já ‘ousados’ em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência” (MALDIDIER, 2003, p. 35. Grifos da autora).

Destarte, é na conjuntura do encaixe sintático do dizer com os domínios do pensamento da linguagem (o impensado do pensamento) que surge o pré-construído como elemento constitutivo de toda enunciação, pois é algo que antecede e preexiste ao sujeito enquanto condição. Uma condição necessária para a construção e estruturação do pensamento na qualidade de linguagem e interação social, pois se constitui pelo elemento já existente, as próprias condições de possibilidade da língua que precede o sujeito e a enunciação.

Nesse sentido, não se confunde com a noção de interdiscurso, pois o pré-construído relaciona-se a algo que “já estava lá” no momento da formação do discurso, remetendo à sua objetividade material, ou seja, ao próprio sistema da língua na interface sintaxe/semântica, a traços de elementos anteriores que são esquecidos pelo sujeito – por isso apresenta um caráter mais linguístico – ao passo que o interdiscurso constitui “o todo complexo o dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, sendo regidos por relações de desigualdade-subordinação-contradição” (PÊCHEUX, 1997, p. 147) – evidenciando um caráter mais discursivo que o pré-construído.

Logo, um discurso significa, a partir do contexto sócio-histórico e ideológico em que emerge sua enunciação, na relação com o elemento imaginário que figura no processo discursivo, os lugares ocupados pelo sujeito na estrutura de uma formação social atravessada por FIs e FDs e com o já-dito sob forma de discursos outros acionados/mascarados no fio do discurso desse sujeito e vinculados a elementos pré-existentes no encaixe sintático em relação interfacial com os domínios do pensamento.

É a partir desse processo que os sentidos de um texto literário são alcançados, não sendo produzidos pelos sujeitos ou somente pela relação entre significante/significado. O sentido é sócio-histórico e ideológico, é o processo histórico que o constitui em relação com sujeito no crivo de sua referencialidade polifônica, constituindo-se um efeito da dinâmica enunciativo-linguística.

Sendo assim, voltando ao poema “A estrela” de Manuel Bandeira, não seria o foco analítico de uma visada discursiva apenas as relações semânticas que são construídas no próprio imo da tessitura textual, mas também as relações que decorrem do significante *estrela* com suas condições de produção, ou seja, as balizas ideológicas da década de 1930 no Brasil, que prerrogaram uma postura desenvolvimentista e pautadas em um ideal modernista. Bem como, as conjunturas sócio-históricas e culturais que instituíram tais posturas e ideais que, por meio de uma tecnoestrutura, buscaram moldar o imediato e o prosaico do sujeito, fazendo com que inscrições no discurso do moderno, do contíguo, da transformação, do revolucionário se tornassem constantes.

Nesse sentido, por que estrela não poderia ser uma representação estética das estruturas liberais que começavam a consubstanciar no período pós-república velha da história brasileira sob a denominação de Estado Novo, que traziam novas esperanças, todavia marcadas pela tristeza do embate conservadorismo/liberalismo? Ou então por que tal significante não poderia representar o lugar de insígnia postulado pela ótica moderna como o lugar ideal e propício para o sujeito ser alguém, ser o novo, o *avant-garde* da existência?

Isso não significa que se amalgama os sentidos ao seu contexto de produção, mas há que se levar em considerações as injunções históricas, ideológicas, o lugar discursivo do qual os enunciados provêm, as formações sociais, discursivas que regulam tais enunciados, enfim os aspectos anteriores e exteriores que constituem uma enunciação literária. É pertinente, com efeito, questionar por que apareceu este enunciado e não outro em seu lugar, que elementos condicionaram seu aparecimento, que aspectos constituíram e atravessaram sua enunciação.

PALAVRAS FINAIS

Sopesar, então, o literário pelo prisma da discursividade em sua perene (des)construção de sentidos e sujeitos requer observar sua heteróclita e implexa constitutividade. Perscrutar para além de sua imanência linguístico-estilístico-retórica, levando em consideração a literatura em sua exterioridade, fora de si, como linguagens em movência num eterno processo de construção sentidural que deriva da forma de construção linguístico-estética no batimento com as instâncias sujeitudinais interpeladas pelas condições de produção no decorrer da história.

Com efeito, um espaço exterior, que não se constitui como “um modo de linguagem, mas um oco que percorre como um grande movimento de todas as linguagens literárias” (FOUCAULT, 2000, p. 70). Linguagens que aduzem dispersões e concomitantemente unidades, linguagens que apresentam especificidades e peculiaridades que, partindo de um imaginário projetado proveniente de um recorte de mundo efetuado pelo sujeito-escritor, instauram o discurso literário construído e materializado sobre um mundo imaginário-ficcional e historicizado ao adquirir sentidos, projetando sujeitos e subjetividades.

Ao nos propormos a analisar uma obra literária devemos, além de nos atentar aos fatos de sua constituição linguístico-estético-fictícia, considerar as injunções históricas e do inconsciente silenciadas na tessitura literária. É-nos pertinente questionar o porquê deste enunciado e não de outro, estabelecendo uma tensão entre a composição literária abrolhada e aquela que talvez pudesse ter sido escrita, uma vez que a linguagem é opaca e por isso não possibilita uma representação objetiva da realidade.

Dessa forma, quando alvitramos apreciar uma materialidade linguística do ponto de vista discursivo, devemos dilapidar as significações apriorísticas e nos deter nos sentidos em construção na opacidade do discurso. Atentar às relações de discursos outros, agenciados pela memória discursiva, que a atravessam e são dissimulados no eixo intradiscursivo que a constitui. É mister, ponderar o processo de significância em cujo imo sujeitos se

(des)construem a partir de suas inscrições discursivas e sentidos são instaurados no crivo de um funcionamento complexo e implexo, em que os limites interior-exterior da base material de um texto literário se imiscuem.

Com efeito, necessário se faz observar que o literário é um acontecimento estético vivo, dinâmico, evêntico. Sua materialidade não é algo evidente cuja superfície linguística é límpida ou diáfana, mas algo marcado por uma profundidade de sentido tão insondável quanto a da matéria. Algo instaurador de uma diversidade de ideações, de imagens (cf. BAKHTIN, 1997), de combinações estético-sentidurais, balizado por um eterno diálogo de linguagens em descontínuo movimento de (trans)formação e (des)construção de sujeitos e sentidos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero, 1973.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4 ed revista e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2008.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, SP: Hucitec, 2010a.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010b.

_____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010c.

_____/VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2009.

BANDEIRA, M. *Os melhores poemas*. Seleção de Francisco de Assis Barbosa. 6 ed. São Paulo: Global, 1989.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. 2 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

BLANCHOT, M. *O espaço literário*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1987.

_____. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997.

_____. *O livro por vir*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA-ROSA, I. *Inscrições discursivas na narrativa de As horas nuas de Lygia Fagundes Telles*. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 9 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.

_____. Sobre as maneiras de escrever a História. In: MOTTA, M. B. (org.). *Michel Foucault*. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2000. p. 62-77. (Ditos & Escritos. v. II)

_____. O Pensamento do Exterior. In: MOTTA, M. B. (org.). *Michel Foucault Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2001. p. 219-242. (Ditos & Escritos. v. III)

_____. Linguagem e literatura. In: MACHADO, R (org.). *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 139-174.

_____. *As palavras e as coisas*. 9 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, M. B. (org.). *Michel Foucault Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2009. p. 411-422. (Ditos & Escritos. v. III)

HENRY. P. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*, 9e année, n°37, 1975. pp. 81-98. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1975_num_9_37_2613. Acesso em 05 jul. 2013.

_____. *Le Mauvais Outil: langue, sujet et discours*. Paris: Klincksieck, 1977.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

_____. O discurso literário contra a Literatura. In: MELLO, R. (org.). *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p. 17-29.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MEDVEDEV, P. N. (Mijail Bajtin). *El método formal en los estudios literarios: introducción crítica a una poética sociológica*. Madrid, Espanha: Editora Nacional, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, RS, n° 01. Novembro 1998. p. 47-55.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *O papel da memória*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. pp.49-57.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-253.

SANTOS, J. B. C. *Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional*. 2000. 236 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

_____. A instância enunciativa sujeitudinal. In: _____. (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009. p. 83-101.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 27 ed. São Paulo : Cultrix, 2006.

VOLOSHINOV, V. N. “Discourse in Life and Discourse in Art (concerning Sociological Poetics)”. In: _____. *Freudianism: a Marxist Critique*. Translated by I. R. Titunik. New York, Estados Unidos: Academic Press, 1976. p.93-116.